



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.º TRIMESTRE

2025

**Sociedade de
Desenvolvimento do
Porto Santo S.A.**

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	ATIVIDADE	3
2.1.	CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	3
2.2.	CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	4
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	5
3.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	5
3.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	8
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.....	12
5.	RECEITAS OPERACIONAIS	14
6.	GASTOS OPERACIONAIS.....	15
6.1.	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	16
6.2.	GASTOS COM PESSOAL.....	17
7.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
7.1.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	18
7.2.	BALANÇO	20
7.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	22
8.	INFORMAÇÃO ADICIONAL	23
8.1.	PESSOAL	23
8.2.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL.....	23
8.3.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	24
8.4.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	24
9.	CONCLUSÃO	24
10.	ANEXOS.....	26



1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento sócio económico, de forma integrada e sustentada da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção

Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro trimestre de 2025 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

Foram utilizados os dados constantes do PAO – Plano de Atividades e Orçamento de 2024, na medida em que o PAO referente ao ano de 2025 que ainda não foi aprovado.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e, ainda, um circuito curto de “par” 3, desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

A estrutura conta com um conjunto de serviços e espaços de lazer tais como restaurante, bar, sala de bilhar, sala de estar, loja “pro-shop”, serviços administrativos.

O quadro infra reflete a variação do número de voltas, entre o primeiro trimestre de 2024 e de 2025.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º TRIMESTRE

Atividade	1.º Trimestre		Variação 2025/2024	
	2024	2025	N.º	%
N.º de voltas (excluindo Operação Dinamarca e Escandinávia)	1 592	1 472	-120	-7,54%



Atividade	1.º Trimestre		Variação 2025/2024	
	2024	2025	N.º	%
N.º de voltas - Operação Dinamarca e Operação Escandinávia	12 668	16 047	3 379	26,67%
TOTAL	14 260	17 519	3 259	22,85%

Fonte – Porto Santo Golfe

Como se pode verificar no trimestre em análise, no global o número de voltas foi superior, comparativamente ao período análogo em 3 379 voltas.

Em termos globais verificou-se um crescimento de 22,85%, com um incremento da operação Dinamarca e da operação Escandinávia em 26,67%.

2.2. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos e iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo, com serviços técnicos assegurados.

O centro cultural apresenta como espaço principal um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem, ainda, à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

A utilização dos espaços do Centro Cultural e de Congressos no 1.º trimestre foi a indicada no quadro seguinte:

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO N.º DE EVENTOS – 1.º TRIMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Trimestre		Variação 2025/2024	
	2024	2025	N.º	%
Eventos	8	6	-2	-25,0%
Utilização de salas	2	2	0	0,0%
TOTAL	10	8	-2	-20,0%

Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

Comparativamente ao período homólogo diminuiu o número de eventos e manteve-se a utilização de salas.

Relativamente ao ano 2024, no mesmo trimestre, é possível verificar uma redução de 20% no corrente ano, que se considera justificada pelos seguintes fatores:

- No primeiro trimestre do ano 2025, o período sem ligações marítimas foi superior ao dos anos anteriores;
 - Regressamos a um período sem voos diretos de Portugal Continental;
 - Verificou-se novamente o encerramento de estabelecimentos de apoio (hotéis, restauração, lojas, etc.);
 - O aumento do valor para as acessibilidades à ilha do Porto Santo, mesmo na época baixa.

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2025:

QUADRO 3 – RESUMO DA RECEITA – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO (ANUAL)	EXECUÇÃO VALOR	%
Receitas Correntes	1 408 182,00	457 154,96	32,46%
Outras Receitas Correntes	34 528,00	623,60	1,81%
SUBTOTAL	1 442 710,00	457 778,56	31,73%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	897 050,00	1 174 634,00	130,94%
Transferências de Capital	3 049 000,00	339 348,38	11,13%
Ativos Financeiros	1 192 445,00	608 144,00	51,00%
SUBTOTAL	5 138 495,00	2 122 126,38	41,30%
Saldo Gerência Anterior	2 576 569,00	2 576 567,26	100,00%
SUBTOTAL	2 576 569,00	2 576 567,26	100,00%
TOTAL	9 157 774,00	5 156 472,20	56,31%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira



De realçar que no 1.º trimestre do ano de 2025 ainda não tinha sido aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2025, pelo que a execução orçamental, com as exceções previstas na lei, foi executada em regime duodecimal.

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2025 foi de 56,31%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução na ordem dos 31,73%, e as Receitas de Capital tiveram uma execução de 41,30%.

A rubrica Receitas Correntes teve uma execução de 31,73%. Estas receitas provêm maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, sendo as restantes provenientes do Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da contrapartida financeira dos contratos de concessões e dos arrendamentos.

Nas Receitas de Capital, a rubrica Transferências de Capital, verifica-se uma execução de 11,13%. Este valor resulta dos recebimentos dos contratos programa.

A rubrica de Ativos Financeiros, registou um valor de 608 144€, resultante da injeção de capital por parte do acionista RAM, a qual deveria ter ocorrido no ano de 2024, mas só se veio a realizar no 1.º trimestre 2025.

Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de:

- Transferências da RAM (311) - 12,00%;
- Receitas Próprias (FF 513) – 32,00%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 50,00%;
- Fundo de Coesão Nacional (FF 392)

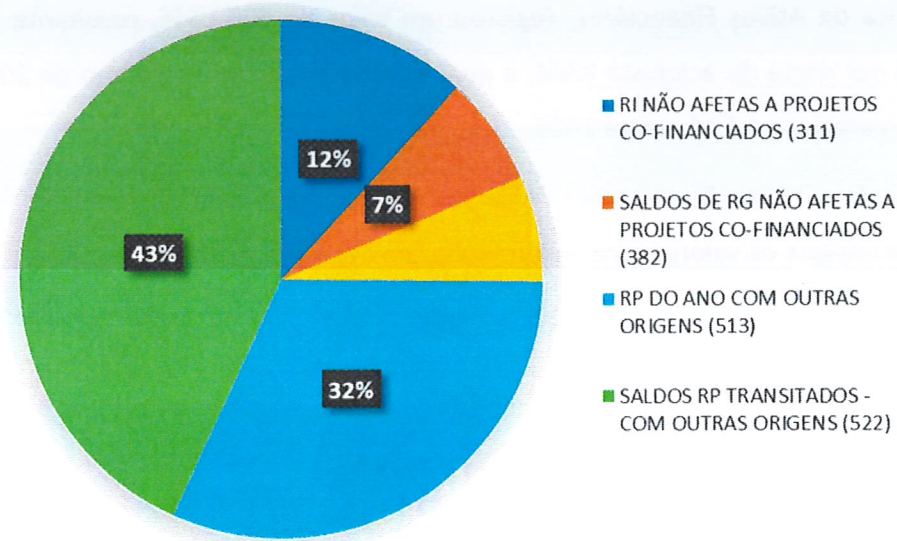
O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado no Orçamento da SDPS.

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO (ANUAL)	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	1 192 445,00	608 144,00	51,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	350 531,00	350 530,17	100,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	3 049 000,00	339 348,38	11,13%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 336 232,00	1 632 412,56	69,87%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	2 226 038,00	2 226 037,09	100,00%
TOTAL	9 157 774,00	5 156 472,20	56,31%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 5 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA– 1.º TRIMESTRE 2024/2025

RESUMO DA RECEITA				
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRAL		VARIAÇÃO	
	2024	2025	VALOR	%
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,0%
Receitas Correntes	411 129,87	457 154,96	46 025,09	11,2%
Outras Receitas Correntes	1 331,24	623,60	-707,64	-53,2%
SUBTOTAL	412 461,11	457 778,56	45 317,45	11,0%
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	181 600,00	1 174 634,00	993 034,00	546,82%
Transferências de Capital	0,00	339 348,38	339 348,38	100,00%
Ativos Financeiros	584 301,00	608 144,00	23 843,00	4,08%
SUBTOTAL	765 901,00	2 122 126,38	1 356 225,38	177,1%
Saldo Gerência Anterior	1 529 992,00	2 576 567,26	1 046 575,26	68,4%
SUBTOTAL	1 529 992,00	2 576 567,26	1 046 575,26	68,4%
TOTAL	2 708 354,11	5 156 472,20	2 448 118,09	90,4%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

- No que concerne à variação na Rubrica das Receitas Correntes, existe um aumento de 11,00% comparativamente ao período homologado, o que está de acordo com o esperado. Esta variação provém maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, do Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos.
- Já no que se refere à variação das Receitas de Capital, a variação é de 177,10%, contribuindo para este desempenho as rubricas Venda de Bens de Investimento (lotes da 1.ª fase A do loteamento), Transferências de Capital e dos Ativos Financeiros.
- No global podemos verificar que há um acréscimo de 90,40%, resultante do aumento do valor do Saldo de Gerência, que transitou do ano anterior.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2025:

QUADRO 6 – RESUMO DA DESPESA– 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO (ANUAL)	EXECUÇÃO VALOR	%
Despesas com Pessoal	2 583 740,00	239 308,72	9,26%
Aquisição Bens Serviços	1 183 791,00	133 695,88	11,29%
Juros e Outros Encargos	500,00	17,19	3,44%
Administração Regional	18 028,00	2 626,25	14,57%
Outras Despesas Correntes	164 400,00	60 655,39	36,90%
SUBTOTAL	3 950 459,00	436 303,43	11,04%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	5 207 315,00	30 445,10	0,58%
SUBTOTAL	5 207 315,00	30 445,10	0,58%
TOTAL	9 157 774,00	466 748,53	5,10%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2025 foi de 5,10%, sendo que as Despesas Correntes tiveram uma execução de 11,04%, enquanto as Despesas de Capital apresentam uma execução residual de 0,58%.

A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 9,26%.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços teve uma execução de 11,29%.

Contribuíram para esta execução as seguintes rubricas:

- Trabalhos especializados, em especial os relacionados com o Campo de Golfe;
- Conservação e reparação;
- Da eletricidade dos vários empreendimentos;
- Da limpeza, higiene e conforto;
- Outros Serviços, sendo os contratos com mais peso nesta rubrica, gestão documental, arquivo documental, serviços jurídicos e serviços de contabilidade.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, verificando-se uma execução de 3,44%.



A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração trabalhadores colocados ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT), promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 36,90%, e deveu-se essencialmente aos pagamentos do IVA.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa.

Registou-se apenas uma execução na Aquisição Bens de Capital, respeitante à despesa relacionada com investimentos, nomeadamente, com a aquisição de bens de imobilizado.

Analizando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores pagos, resultaram de:

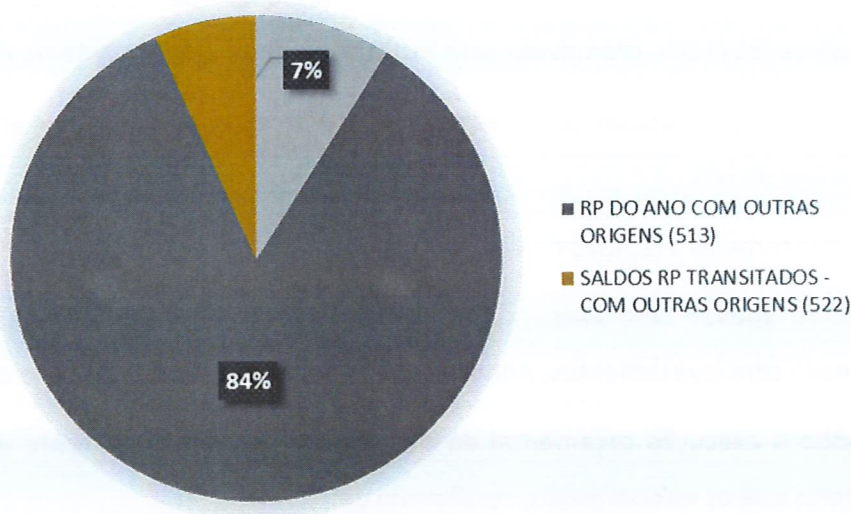
- Receitas Próprias (FF 513) – 84,00%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 16,00%.

QUADRO 7 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º TRIMESTRE

RESUMO DA DESPESA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	1 192 445,00	0,00	0,00%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	0,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	350 531,00	41 845,84	11,94%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	0,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
LEI DE MEIOS (391)	0,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	3 049 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	0,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 336 232,00	393 509,25	16,84%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	2 226 038,00	31 393,44	1,41%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	9 157 774,00	466 748,53	5,10%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 8 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA – 1.º TRIMESTRE 2024/2025

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º TRIMESTRE		VARIAÇÃO	
	2024	2025	VALOR	%
Despesas com Pessoal	242 569,95	239 308,72	-3 261,23	-1,34%
Aquisição Bens Serviços	55 454,35	133 695,88	78 241,53	141,09%
Juros e Outros Encargos	0,00	17,19	17,19	100,00%
Administração Regional	1 528,54	2 626,25	1 097,71	71,81%
Outras Despesas Correntes	17 494,08	60 655,39	43 161,31	246,72%
SUBTOTAL	317 046,92	436 303,43	119 256,51	37,61%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	5 945,61	30 445,10	24 499,49	412,06%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	5 945,61	30 445,10	24 499,49	412,06%
TOTAL	322 992,53	466 748,53	143 756,00	44,51%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No que respeita à variação das Despesas Correntes:

A rubrica "Despesas com Pessoal" registou uma ligeira variação negativa de 1,34%. Apesar da atualização salarial resultante do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, os aumentos não se refletiram de forma significativa, uma vez que a ausência temporária de alguns colaboradores compensou o aumento salarial.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma variação de 141,09%, justificada pelo aumento das despesas correntes, com especial relevância para a conservação e manutenção do Campo de Golfe e outros serviços, nomeadamente serviços jurídicos e promoção.

A rubrica "Administração Regional" registou um aumento de aproximadamente 71,81%, justificado pelo acréscimo do número de programas de emprego em vigor durante o primeiro trimestre.

A rubrica Outras Despesas Correntes, registou um acréscimo na ordem dos 246,72%, justificado pelo pagamento do IVA e do lançamento das retenções dos clientes – Contratos de Arrendamento.

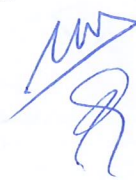
Já no que se refere à variação das Despesas de Capital, existe um aumento de 412,06%, comparativamente ao período homólogo de 2024, devido essencialmente à aquisição de várias peças e equipamentos para o Campo de Golfe do Porto Santo.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 9 – INVESTIMENTOS – 1.º TRIMESTRE

Rótulos de Linha	Soma de Orçamento Inicial 2025	Soma de Orçamento Retificado	Soma de Valor Executado	Soma de % de Execução
52 218	122 000,00	172 000,00		0
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E				
EQUIPAMENTOS DA SDPS, SA	122 000,00	172 000,00		0
513	122 000,00	122 000,00		0
522	0,00	50 000,00		0
52509	9 000,00	0,00		0,00%



Rótulos de Linha	Soma de Orçamento Inicial 2025	Soma de Orçamento Retificado	Soma de Valor Executado	Soma de % de Execução
TRABALHOS DE MELHORAMENTO DO EMPREENHIMENTO - MERCADO / PRAÇA DO BARQUEIRO	9 000,00	0,00		0,00%
522	9 000,00	0,00		0,00%
52735	15 000,00	65 000,00		0,00%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE E CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	15 000,00	65 000,00		0,00%
513	15 000,00	15 000,00		0,00%
522	0,00	50 000,00		0,00%
52736	174 103,00	335 666,00	30 445,10	35,54%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	174 103,00	335 666,00	30 445,10	35,54%
513	85 666,00	85 666,00	30 445,10	35,54%
522	88 437,00	250 000,00		0,00%
52 737	18 300,00	18 300,00		0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00	18 300,00		0,00%
513	18 300,00	18 300,00		0,00%
52738	6 100,00	6 100,00		0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00	6 100,00		0,00%
513	6 100,00	6 100,00		0,00%
53041	624 400,00	618 400,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO	624 400,00	618 400,00		0,00%
392	549 000,00	549 000,00		0,00%
513	69 400,00	69 400,00		0,00%
522	6 000,00	0,00		0,00%
53236	93 600,00	10 600,00		0,00%
CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO - 2.ª FASE	93 600,00	10 600,00		0,00%
513	10 600,00	10 600,00		0,00%
522	83 000,00	0,00		0,00%
53316	35 380,00	135 380,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	35 380,00	135 380,00		0,00%
513	35 380,00	35 380,00		0,00%
522	0,00	100 000,00		0,00%
53318	73 200,00	373 200,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	73 200,00	373 200,00		0,00%
513	73 200,00	73 200,00		0,00%
522	0,00	300 000,00		0,00%
53324	703 150,00	2 602 669,00		0,00%
2º CAMPO DE GOLFE	703 150,00	2 602 669,00		0,00%
392	50 000,00	2 500 000,00		0,00%

Rótulos de Linha	Soma de Orçamento Inicial 2025	Soma de Orçamento Retificado	Soma de Valor Executado	Soma de % de Execução
513	50 000,00	50 000,00		0,00%
522	603 150,00	52 669,00		0,00%
53689	0,00	100 000,00		0,00%
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGA DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	0,00	100 000,00		0,00%
522	0,00	100 000,00		0,00%
53772	0,00	770 000,00		0,00%
LOTEAMENTO ADJACENTE AO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	0,00	770 000,00		0,00%
522	0,00	770 000,00		0,00%
Total Geral	1 874 233,00	5 207 315,00	30 445,10	35,54%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Quanto aos investimentos acima elencados, a execução foi a seguinte:

- Projeto 52736 – Equipamento Básico, adquirido para os diversos empreendimentos, no valor de 30.445,10 €.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro trimestre de 2025 ascenderam a 1 681 718 €, resultantes, na sua maioria, de:

- Contratos de concessão de exploração e de arrendamentos das infraestruturas das SDPS;
- Exploração direta dos empreendimentos da SDPS, nomeadamente campo de Golfe e Centro Cultural e de Congressos;
- Escritura de venda de lotes.

QUADRO 10 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Receitas Operacionais	PAO 2024	Execução 2025	Variação
			%
Vendas e serviços prestados	350 000 €	1 680 095 €	480%

Receitas Operacionais	PAO 2024	Execução 2025	Variação
			%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	0%
Outros rendimentos	224 263 €	1 622 €	1%
Total	574 263 €	1 681 718 €	293%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Nas Receitas Operacionais é possível verificar uma execução de 293 %, no primeiro trimestre de 2025, face ao orçamentado no PAO 2024, para o trimestre em análise.

As Vendas e Serviços Prestados representaram 480% do previsto no PAO para o ano 2024, para o trimestre em análise, pelo que é um valor muito satisfatório, que resulta maioritariamente da atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo e da venda dos Lotes do Porto Santo Golfe.

Os Outros Rendimentos, tiveram uma execução muito baixa de 1%, abaixo do previsto para o trimestre em análise, e tendo em conta a previsão efetuada no PAO, para o trimestre em análise.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro trimestre de 2025 ascenderam a 410 174 €, apresentando uma execução de 68%, face ao previsto no Plano de Atividades, para o trimestre em análise.

QUADRO 11 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º TRIMESTRE

Gastos Operacionais	PAO 2024	Execução 2025	Variação
			%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 000 €	- €	0%
Fornecimentos e serviços externos	246 073 €	116 982 €	48%
Gastos com o pessoal	343 885 €	275 547 €	80%
Outros gastos	11 250 €	17 645 €	157%
Total	606 208 €	410 174 €	68%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira



Como se pode verificar, todas as rubricas, exceto a rubrica “Outros Gastos” estiveram abaixo do valor previsto para o trimestre em análise.

Os Outros Gastos foram superiores, essencialmente devido ao fato de passarmos a pagar IVA e das taxas pagas, nomeadamente a taxa para visto do Tribunal de Contas para o Contrato Programa 53324 – 2.º Campo de Golfe do Porto Santo.

6.1. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 12 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Trimestre		Variação
		2025	2024	%
6221	Trabalhos especializados	421,72	332,51	27%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	3 000,00	8 157,48	-63%
6226	Conservação e reparação	1 462,71	356,18	311%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	813,06	1 116,59	-27%
6233	Material de escritório	118,85	601,32	-80%
6241	Eletricidade	13 506,60	9 774,89	38%
6242	Combustíveis e lubrificantes	876,68	1 013,67	-14%
6243	Água	8 365,91	11 934,90	-30%
6251	Deslocações e estadas	2 020,16	363,00	457%
6262	Comunicações	395,85	674,54	-41%
6263	Seguros	1 014,46	885,80	15%
6266	Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00	0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 881,58	0,00	100%
6269	Outros serviços	82 103,93	33 127,03	148%
Total		116 981,51	68 337,91	71%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Realce para a redução com as despesas inerentes ao fornecimento de água devido à meteorologia.

Quando às deslocações e estadas, devem-se essencialmente à deslocação à BTL e às deslocações dos trabalhadores especializados do Funchal ao Porto Santo, numa ótica de gestão conjunta das 4 Sociedades e em cumprimento do ACT.

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um acréscimo de 71%, comparativamente ao período homólogo.

Para este acréscimo concorreram os aumentos dos trabalhos especializados, em especial os fornecidos pela Vivida, da conservação e reparação, da eletricidade, das deslocações e estadas, dos seguros, da limpeza higiene e conforto e dos outros serviços.

6.2. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 13 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Trimestre		Varição
		2025	2024	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	11 075,70	10 364,57	7%
632	Remunerações do pessoal	213 258,13	209 229,92	2%
635	Encargos sobre remunerações	49 097,33	47 758,24	3%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	2 582,64	2 268,79	14%
63512	Encargos com o restante pessoal	46 514,69	45 489,45	2%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 950,22	1 950,66	0%
638	Outros gastos com o pessoal	165,84	158,40	5%
	Total	275 547,22	269 461,79	2%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal”, teve um acréscimo de 2%, comparativamente ao período homólogo.



7. Demonstrações Financeiras

7.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/24
		2025	2024	
Vendas		1 174 658,04	24 295,92	1 271 749,52
Prestações de serviços		505 437,38	308 822,95	1 433 571,18
Transferências correntes e subsídios à exploração			-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(1 103 767,77)	(14 648,31)	(1 143 559,09)
Fornecimentos e serviços externos		(116 981,51)	(68 337,91)	(651 035,91)
Gastos com o pessoal		(275 547,22)	(269 461,79)	(1 200 088,90)
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				3 474,34
Outros rendimentos e ganhos		1 622,15	3 192,83	80 904,08
Outros gastos e perdas		(17 645,18)	(5 913,15)	(17 976,82)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		167 775,89	(22 049,46)	(222 961,60)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(223 977,55)	(293 762,00)	(1 158 384,18)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(56 201,66)	(315 811,46)	(1 381 345,78)
Juros e gastos similares suportados		-	-	
Resultado antes de impostos		(56 201,66)	(315 811,46)	(1 381 345,78)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(606,46)
Resultado líquido do período		(56 201,66)	(315 811,46)	(1 381 952,24)

Fonte – Opção Divina

No que concerne aos Rendimentos e Gastos da empresa no primeiro trimestre de 2025, face ao período homólogo de 2024, temos a observar o seguinte:

- O acréscimo do volume de negócios, deve-se essencialmente ao aumento da receita proveniente de:
 - Operação Escandinávia, com a entrada de novos praticantes oriundos da Noruega e Dinamarca;
 - Venda dos Lotes da 1.ª fase A do loteamento do Porto Santo Golfe;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento justificado pela conservação e manutenção do Campo de Golfe e outros serviços, nomeadamente serviços jurídicos;

- O aumento verificado no Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, deveu-se ao lançamento do Custo da Venda dos Lotes do PSGR;
- O aumento verificado nos outros gastos e perdas deveu-se essencialmente ao pagamento dos impostos, nomeadamente do IVA e das retenções de clientes.



7.2. Balanço

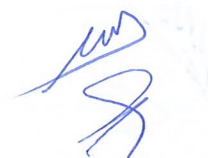
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A. BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/24
		2025	2024	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	6	34 109 604,11	34 570 430,87	34 307 629,54
Total de ativo não corrente		34 109 604,11	34 570 430,87	34 307 629,54
Ativo CORRENTE				
Inventários	8	2 761 328,30	4 921 865,01	3 865 096,07
Clientes	9	289 894,90	211 937,40	134 000,13
Estado e outros entes públicos	10	41 124,31	97 406,54	35 338,13
Outras contas a receber	11	10 219 231,83	10 206 076,03	10 827 482,42
Caixa e depósitos	4	4 961 708,07	2 484 215,39	2 966 768,10
Total de ativo corrente		18 273 287,41	17 921 500,37	17 828 684,85
TOTAL DO ATIVO		52 382 891,52	52 491 931,24	52 136 314,39
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		33 177 992,52	32 569 848,52	33 177 992,52
Prémios de emissão		1,62	1,62	1,62
Resultados transitados		(92 310 340,68)	(90 928 388,44)	(90 928 388,44)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		568 767,36	166 940,89	229 418,98
Resultado líquido do período		(56 201,66)	(315 811,46)	(1 381 952,24)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		20 898 754,16	21 011 126,13	20 615 607,44
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		6 364 070,00	6 364 070,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,67	24 266 666,67	24 266 666,67
Passivos por impostos diferidos		39 536,45	28 769,41	39 536,45
Total do passivo não corrente		30 670 273,12	30 659 506,08	30 670 273,12
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		5 284,25	26 686,38	-
Estado e outros entes públicos		88 357,68	47 025,56	14 301,36
Outras contas a pagar		720 222,31	747 587,09	836 132,47
Total do passivo corrente		813 864,24	821 299,03	850 433,83
TOTAL DO PASSIVO		31 484 137,36	31 480 805,11	31 520 706,95
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		52 382 891,52	52 491 931,24	52 136 314,39

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de e
Fonte – Opção Divina

No balanço de 31 de março de 2025, face a 31 de dezembro de 2024, há a assinalar principalmente:



8. INFORMAÇÃO ADICIONAL

8.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDPS, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 1 (um) Vogal Executivo e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Técnico Superior – 7 (sete), dos quais 4 são dirigentes ao abrigo de uma comissão de serviços, 1 está a exercer funções noutra entidade, ao abrigo de um acordo de cedência ocasional;
- Profissional de Golfe – 1 trabalhador;
- Assistente Técnico – 14 (catorze) trabalhadores, sendo que três estão a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um contrato de interesse público;
- Assistente Operacional – 25 (vinte e cinco) trabalhadores, sendo que dois trabalhadores está a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público.

QUADRO 14 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º TRIMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
41	5	4	50

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

8.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	1ºT 2025
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	26 686,38	36 246,11	59 204,17	0,00	5 284,25
Fornecedores de Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	26 686,38	36 246,11	59 204,17	0,00	5 284,25

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	1ºT 2025
PMR (em dias)	58	32	6	5	16

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	1ºT 2025
PMP (em dias)	27	12	11	0	4

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

9. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da SDPS, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2025.

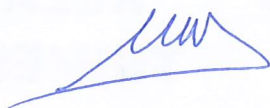
Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Funchal, 16 de abril de 2025

O Conselho de Administração,

A Presidente,

A Vogal,



(Nivalda Gonçalves)



(Fátima Carvalho Correia)



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

ANEXOS

**RELATÓRIO
TRIMESTRAL
DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL
1.º TRIMESTRE
2025**



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Trimestre de 2025

Abril de 2025

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro n.º 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2023-2026.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2025 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 31 de março de 2025, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro trimestre de 2025, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2025 são as seguintes:

Designação	2025			2024		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	1 442 710	457 779	31,7%	1 676 800	412 461	24,6%
Venda de bens e serviços correntes	1 408 182	457 155	32,5%	1 622 272	411 130	25,3%
Outras receitas correntes	34 528	624	1,8%	54 528	1 331	2,4%
RECEITAS DE CAPITAL	5 138 495	2 122 126	41,3%	2 662 776	765 901	28,8%
Venda de bens de investimento	897 050	1 174 634	130,9%	848 166	181 600	21,4%
Transferências de capital	3 049 000	339 348	11,1%	1 230 309	0	0,0%
Ativos financeiros	1 192 445	608 144	51,0%	584 301	584 301	100,0%
OUTRAS RECEITAS	2 576 569	2 576 567	100,0%	4 755 600	1 529 993	32,2%
Saldo da gerência anterior	2 576 569	2 576 567	100,0%	4 755 600	1 529 993	32,2%
TOTAL	9 157 774	5 156 472	56,3%	9 095 176	2 708 355	29,8%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2025 ascende a 56,3%, que se traduz em 5.146.472 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 2.448.000 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este superior em cerca de 1.047.000 euros, comparativamente ao registado em igual período do ano anterior.
- ✓ As “receitas de capital” registaram um acréscimo de aproximadamente 1.356.000 euros, decorrente, essencialmente, da alienação de lotes integrados no Loteamento Porto Santo Golf Resort - 1ª Fase A, bem como do aumento das transferências de capital.
- ✓ A rubrica de “receitas correntes” apresenta um aumento de cerca de 45.000 euros, resultante, maioritariamente, da exploração do campo de golfe do porto santo, centro cultural e de congressos e ainda da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2025 são as seguintes:

Designação	2025			2024		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	3 950 459	436 303	11,0%	4 439 324	317 047	7,1%
Despesas com pessoal	2 583 740	239 309	9,3%	2 585 152	242 570	9,4%
Aquisição de bens e serviços	1 183 791	133 696	11,3%	1 581 586	55 454	3,5%
Juros e outros encargos	500	17	3,4%	157 644	0	0,0%
Transferências correntes	18 028	2 626	14,6%	15 528	1 529	9,8%
Outras despesas correntes	164 400	60 655	36,9%	99 414	17 494	17,6%
DESPESAS DE CAPITAL	5 207 315	30 445	0,6%	4 655 852	5 946	0,1%
Aquisição de bens de capital	5 207 315	30 445	0,6%	4 269 028	5 946	0,1%
Ativos financeiros	0	0	0,0%	386 824	0	0,0%
TOTAL	9 157 774	466 749	5,1%	9 095 176	322 993	3,6%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Trimestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2025 situa-se nos 5,1%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 466.749 euros.

Verifica-se um aumento de aproximadamente 143.000 euros face ao valor realizado no período homólogo.

Neste contexto, importa destacar as seguintes situações, que contribuem para justificar o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ A execução orçamental da rubrica “*Aquisição de Bens e Serviços*” regista um aumento de aproximadamente 78.000 euros face ao período homólogo, decorrente, essencialmente, do acréscimo das despesas com a conservação e manutenção do Campo de Golfe.
- ✓ A execução da rubrica de “*outras despesas correntes*” ascendeu a aproximadamente 61.000 euros, representando um acréscimo de 41.000 euros face ao valor registado no período homólogo, decorrente, essencialmente, do pagamento de IVA e do lançamento das retenções relativas a contratos de arrendamento com clientes.
- ✓ A “*aquisição de bens de capital*” apresenta um aumento de aproximadamente 24.500 euros, pela aquisição de materiais e equipamento de apoio à operação do Campo de Golfe.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2025.

Salientamos que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente no processo de fusão das sociedades.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 34.308 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2024. De salientar, que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente no processo de fusão das sociedades.*
- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.*
- *Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial*

Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativamente ao acordo acima referido, em 2021 foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.017 milhares de euros, por contrapartida de custos desse exercício, a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial.

De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP e ainda uma estimativa de custas judiciais. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.017 milhares de euros, não nos é possível quantificar a subavaliação do Ativo e do Património Líquido que decorre da aquisição do terreno em questão.”

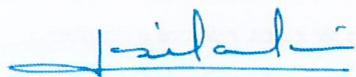
Conforme consta no próprio Relatório Trimestral de Execução Orçamental, este foi elaborado com base no Plano de Atividades e Orçamento para 2024, uma vez que, em 2025, tem vigorado, até à data, o regime transitório de execução orçamental, nos termos do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental. A execução das receitas e despesas encontra-se, assim, condicionada pela aplicação do regime duodecimal.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 30 de abril de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "José de Sousa Santos", written over a horizontal line.

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)

10. Anexos

**RELATÓRIO
TRIMESTRAL
DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**
1.º TRIMESTRE
2025



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.